

No. 29129

**BRAZIL
and
SPAIN**

**Basic Agreement on technical, scientific and technological
cooperation (with protocol). Signed at Madrid on
13 April 1989**

Authentic texts: Portuguese and Spanish.

Registered by Brazil on 17 September 1992.

**BRÉSIL
et
ESPAGNE**

**Accord de base relatif à la coopération technique, scientifique
et technologique (avec protocole). Signé à Madrid le
13 avril 1989**

Textes authentiques : portugais et espagnol.

Enregistré par le Brésil le 17 septembre 1992.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

CONVENIO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DA ESPANHA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Reino da Espanha
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

A luz de seus objetivos comuns de desenvolvimento econômico e social e de elevação da qualidade de vida de seus povos;

Considerando que a cooperação técnica, científica e tecnológica entre os dois países e que a aplicação dos seus resultados aos processos de produção contribuirão para os mútuos esforços em prol da consecução de seus objetivos comuns, e

Desejosos de desenvolver a cooperação entre os dois países,

Convêm no seguinte:

ARTIGO I

1. As Partes Contratantes determinarão periodicamente as áreas em que esforços de cooperação e/ou de pesquisa conjunta em desenvolvimento de setores técnicos, científicos e tecnológicos específicos são de maior interesse comum e os mais conducentes à conceituação dos objetivos do presente Convênio. As Partes Contratantes estabelecerão prioridades para tal fim.

2. As Partes Contratantes promoverão atividades técnicas, científicas e tecnológicas conjuntas ou coordenadas nas áreas prioritárias estabelecidas nos termos do parágrafo 1 acima, e colaborarão para a imediata aplicação dos resultados alcançados.

3. As Partes Contratantes designarão, por troca de Notas, as respectivas entidades executoras das atividades de cooperação.

ARTIGO II

1. Os programas, projetos ou outras atividades de cooperação desenvolvidas no âmbito do presente Convênio serão objeto de documentos de projeto acordados pelas Partes Contratantes por via diplomática.

2. Os documentos de projeto a que se refere o parágrafo 1 acima especificarão fontes de financiamento e mecanismos operacionais, em conformidade com os objetivos específicos e as características dos órgãos ou entidades envolvidos, e estabelecerão os procedimentos concernentes aos relatórios das atividades decorrentes, a serem submetidos à Comissão de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação a que se referem os Artigos VII, VIII e IX abaixo.

ARTIGO III

1. Os programas, projetos e atividades que se concretizem em virtude do estabelecido no presente Convênio poderão integrar-se, caso julgado conveniente por ambas as Partes Contratantes, em planos regionais de cooperação integral dos quais ambas participem.

2. As Partes Contratantes poderão, ademais, mediante acordo prévio, solicitar a participação de organismos internacionais no financiamento e/ou na execução de programas e projetos que se originem do presente Convênio.

ARTIGO IV

A cooperação prevista no presente Convênio poderá compreender:

- a) o intercâmbio de missões de peritos e cooperantes para executar programas e projetos previamente acordados;
- b) a concessão de bolsas de aperfeiçoamento, estágios de formação e a participação em cursos ou seminários de treinamento e especialização;
- c) o fornecimento de materiais e equipamentos necessários para a execução dos programas e projetos acordados;
- d) a utilização comum das instalações, centros e instituições disponíveis de que se necessite para a realização dos programas e projetos acordados;
- e) o intercâmbio de informações científicas e técnicas de estudos que contribuam para o desenvolvimento econômico e social de ambos os países, e de trabalhos e publicações sobre programas técnicos e científicos;
- f) qualquer outra atividade de cooperação que seja acordada entre as Partes Contratantes, especialmente as que se referem ao desenvolvimento integrado das populações menos desenvolvidas.

ARTIGO V

1. O intercâmbio de informações técnicas realizar-se-á entre as Partes Contratantes ou por intermédio dos órgãos designados por cada uma delas.

2. A Parte Contratante, ou o órgão designado, que suprir informações desta natureza poderá, se considerar conveniente, solicitar à outra Parte Contratante ou órgão que se restrinja a difusão de tal informação junto a terceiros. Quando a divulgação de

informação for considerada possível ou aconselhável, as Partes Contratantes deverão acordar quanto às condições e ao escopo dessa divulgação.

ARTIGO VI

1. A Parte Contratante que recebe especialistas da outra Parte Contratante proverá o pessoal adequado necessário à eficiente implementação da atividade, projeto ou programa relevantes.

2. O especialista visitante e o pessoal da Parte Contratante que recebe intercambiarão não apenas toda a informação técnica relativa aos métodos e práticas a serem empregados na implementação de distintos projetos e programas, mas também os princípios e teorias científicas relevantes subjacentes.

ARTIGO VII

1. Com vistas a assegurar o cumprimento efetivo dos dispositivos do presente Convênio, as Partes Contratantes convêm na criação de uma Comissão de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, de caráter misto, composta por representantes designados por ambas as Partes Contratantes.

2. Tal Comissão se reunirá ao menos duas vezes por ano, uma delas preferencialmente no último trimestre, quando serão propostos aos organismos competentes das Partes Contratantes os programas e projetos a serem executados em exercícios posteriores.

3. A Comissão poderá elaborar um regulamento e, caso considere conveniente, criar Grupos de Trabalho ou de Planejamento e Avaliação de Projetos.

ARTIGO VIII

A Comissão de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, sem prejuízo do exame geral dos assuntos relacionados com a execução do presente Convênio, terá as seguintes funções:

- a) identificar e definir os setores em que seja desejável a realização de programas e projetos de cooperação, atribuindo-lhes ordem de prioridade;
- b) propor aos organismos competentes o programa de atividades de cooperação que se deva empreender, enumerando, ordenadamente, os projetos que devam ser executados;
- c) rever periodicamente o programa em seu conjunto, assim como o andamento dos diferentes projetos de cooperação;
- d) avaliar os resultados obtidos na execução dos programas e projetos específicos, com vistas a obter o maior rendimento em sua execução;
- e) submeter às autoridades competentes, para consideração, o Relatório Anual da Cooperação Hispano - Brasileira, que será elaborado conjuntamente por representantes de ambas Partes Contratantes;
- f) fazer as recomendações que se julguem pertinentes para o aperfeiçoamento da cooperação mútua.

2. Ao término de cada Sessão, a Comissão redigirá uma Ata, da qual constarão os resultados obtidos nas diversas áreas de cooperação.

ARTIGO IX

Os contatos, no âmbito deste Convênio, entre as Partes Contratantes, efetuados durante os intervalos das Sessões da Comissão

de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação e das reuniões dos Grupos de Trabalho, serão realizados por intermédio de canais diplomáticos.

ARTIGO X

A Parte Contratante que recebe concederá aos especialistas da Parte Contratante que envia, designados para exercer funções em decorrência de presente Convênio, bem como aos membros de sua família imediata:

- a) visto oficial grátis, válido pelo prazo de sua missão no país receptor;
- b) isenção de impostos e demais gravames para a importação de objetos de uso doméstico e pessoal, destinados à primeira instalação, desde que o prazo de permanência no país receptor seja superior a um ano;
- c) idêntica isenção quando da reexportação dos referidos bens;
- d) isenção de impostos quanto a salários e vencimentos a eles pagos pela instituição remetente. No caso de remuneração e diárias pagas pela instituição recipiente, será aplicada a legislação do país receptor, observados os Acordos de bitributação eventualmente firmados entre as Partes;
- e) isenção de impostos para a importação de um automóvel para uso pessoal, desde que o prazo de permanência no país receptor seja superior a um ano. Esta importação será autorizada em caráter temporário e de acordo com as normas legais seguidas em cada um dos dois países, podendo ser substituída pela aquisição de veículo nacional brasileiro com isenção de impostos.

ARTIGO XI

1. Ambas as Partes Contratantes isentarão de todas as taxas e impostos tanto as importações como as exportações de um país a outro no tocante a bens, equipamentos e materiais necessários à

implementação deste Convênio. Tais bens, equipamentos e materiais serão reexportados à Parte que envia por ocasião do término dos projetos e programas aos quais se destinaram, a não ser quando os bens, equipamentos e materiais forem doados à Parte que recebe.

2. Os bens, materiais, instrumentos, equipamentos e objetos importados em território brasileiro ou espanhol, em decorrência da aplicação do presente Convênio, não poderão ser cedidos ou emprestados, a título oneroso ou gratuito, sem prévia autorização das autoridades competentes do país em cujo território se encontrem.

ARTIGO XII

Cada documento relativo a programa, projeto ou atividade de cooperação desenvolvida no âmbito do presente Convênio deverá especificar a distribuição, entre as Partes Contratantes, dos custos deles decorrentes.

ARTIGO XIII

A Parte Contratante brasileira providenciará as instalações e meios, tanto materiais quanto em pessoal, que sejam necessários para o bom andamento e a execução dos programas e projetos acordados no âmbito do presente Convênio.

ARTIGO XIV

A seleção de especialistas será feita pela Parte Contratante que envia, e deverá ser aprovada pela Parte Contratante que recebe.

ARTIGO XV

A coordenação de todos os peritos e cooperantes espanhóis, que atuarão sob diretrizes únicas, será efetuada por um Coordenador Geral da Cooperação Espanhola, que levará a cabo suas funções sob a direção, se for o caso, do Conselheiro de Cooperação, e, em todo o caso, do Embaixador da Espanha.

ARTIGO XVI

Este Convênio será implementado em conformidade com a legislação e as práticas administrativas de cada uma das Partes Contratantes.

ARTIGO XVII

O presente Convênio se aplicará provisoriamente a partir do momento de sua assinatura, e entrará em vigor definitivamente no dia que ambas as partes hajam procedido às notificações, por via diplomática, do cumprimento de seus respectivos requisitos constitucionais.

ARTIGO XVIII

1. O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer das Partes mediante notificação por via diplomática. A denúncia surtirá efeito seis meses após a data de recebimento da notificação respectiva.

2. A denúncia do presente Convênio não afetará os programas, projetos ou atividades em execução, dele decorrentes, salvo se as Partes convierem diversamente.

ARTIGO XIX

O presente Convênio substitui o Convênio Básico de Cooperação Técnica concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha, em Brasília, a 01 de abril de 1971.

Feito em Madri, aos 13 dias do mês de abril de 1989, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo
da República Federativa
do Brasil:

[Signed — Signé]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pelo Reino de Espanha:

[Signed — Signé]

FRANCISCO FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ

PROTOCOLO DE INTENÇÕES SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DE ESPANHA

Em consonância com os termos do Convênio Básico de Cooperação Técnica, firmado em abril de 1971, e do Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, firmado nesta data, e dando seqüência aos recentes esforços para ampliar a cooperação entre os dois países, o Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Roberto de Abreu Sodré, e o Ministro de Estado dos Assuntos Exteriores do Reino da Espanha, Francisco Fernández Ordóñez, manifestam sua vontade de convocar, nos próximos meses, em data a fixar por via diplomática, a primeira reunião, em Brasília, da Comissão de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, prevista no artigo VII do Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, a fim de:

1. Proceder à avaliação das atividades de cooperação técnica, científica e tecnológica bilateral atualmente sob a égide do Convênio Básico de 1971, ora em desenvolvimento em áreas tais como de Irrigação, Pesquisa Agrária, Formação Profissional, Higiene e Segurança do Trabalho.

2. Estabelecer as áreas que futuramente serão consideradas prioritárias e definir as atividades que comporão os Programas de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica a serem desenvolvidos nos próximos anos.

A parte brasileira demonstrou interesse especial em que sejam estudadas formas de cooperação em setores como mecânica de precisão e química fina, principalmente fármacos, defensivos, catalizadores e aditivos para alimentos e outros.

A parte espanhola, reconhecendo a importância dessas prioridades, manifestou desejo de que esta cooperação seja dirigida a projetos de pesquisa e desenvolvimento, a serem definidos em conversações técnicas.

Os dois Ministros reiteram, também, o compromisso de comunicarem mutuamente, por troca de notas, a designação de suas respectivas entidades encarregadas da coordenação dos Programas de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica.

Madri, 13 de abril de 1989.

Pelo Governo
da República Federativa
do Brasil:

[Signed — Signé]¹

Pelo Reino da Espanha:
A.R.

[Signed — Signé]²

¹ Signed by Roberto de Abreu Sodré — Signé par Roberto de Abreu Sodré.

² Signed by Francisco Fernández Ordóñez — Signé par Francisco Fernández Ordóñez.

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

CONVENIO BÁSICO DE COOPERACIÓN TÉCNICA, CIENTÍFICA Y
TECNOLÓGICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL REINO DE ESPAÑA

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

Y

El Reino de España

(En lo sucesivo denominados "Partes Contratantes"),

Teniendo en cuenta sus objetivos comunes de desarrollo económico y social y de elevación de la calidad de vida de sus pueblos;

Considerando que la cooperación técnica, científica y tecnológica entre los dos países y que la aplicación de sus resultados a los procesos de producción contribuirán a los esfuerzos mutuos encaminados al logro de sus - objetivos comunes, y

Deseosos de desarrollar la cooperación entre los dos países,

Conviene lo siguiente:

ARTICULO I

1. Las Partes Contratantes determinarán periódicamente aquellos campos en que los esfuerzos de cooperación y/o de investigación conjunta para el desarrollo de sectores técnicos, científicos y tecnológicos específicos revisten mayor interés común y son los más adecuados para la apreciación de los objetivos del presente Convenio. Las Partes Contratantes establecerán las prioridades conducentes a tal fin.

2. Las Partes Contratantes promoverán actividades técnicas, científicas y tecnológicas conjuntas o coordinadas en los campos prioritarios establecidos según el anterior apartado 1, y colaborarán con vistas a la aplicación inmediata de los resultados alcanzados.

3. Las Partes Contratantes designarán, mediante canje de Notas, las entidades respectivas encargadas de la ejecución de las actividades de cooperación.

ARTICULO II

1. Los programas, proyectos u otras actividades de cooperación desarrolladas en el marco del presente Convenio se plasmarán en documentos de proyecto convenidos por las Partes Contratantes por vía diplomática.

2. Los documentos de proyecto a que se refiere el anterior apartado 1 especificarán las fuentes de financiación y los mecanismos operativos, de conformidad con los objetivos específicos y las características de los órganos o entidades participantes, y establecerán los procedimientos relativos a los informes de las actividades resultantes, que deberán ser presentados a la Comisión de Planificación, Seguimiento y evaluación a que se refieren los siguientes artículos VII, VIII y IX.

ARTICULO III

1. Los programas, proyectos y actividades que se lleven a cabo en virtud de lo previsto en el presente Convenio podrán integrarse, si así lo tuvieran por conveniente las dos Partes Contratantes, en planes regionales de cooperación integral en los que ambas participen.

2. Las Partes Contratantes podrán, además, mediante acuerdo previo, solicitar la participación de organismos internacionales en la financiación y/o ejecución de programas y proyectos que se deriven del presente Convenio.

ARTICULO IV

La cooperación prevista en el presente Convenio podrá comprender:

- a) el intercambio de misiones de expertos y cooperantes con el fin de ejecutar programas y proyectos previamente acordados;

- b) la concesión de becas de perfeccionamiento, prácticas de formación y la participación en cursos o seminarios de capacitación y especialización;
- c) el suministro de los materiales y equipos necesarios para la ejecución de los programas y proyectos acordados;
- d) la utilización común de las instalaciones, centros e instituciones disponibles que sean necesarios para la realización de los programas y proyectos acordados;
- e) el intercambio de informaciones científicas y técnicas de estudios que contribuyan al desarrollo económico y social de los dos países, y de trabajos y publicaciones sobre programas técnicos y científicos;
- f) cualquier otra actividad de cooperación que convengan las Partes Contratantes en particular las que se refieren al desarrollo integrado de las poblaciones menos desarrolladas.

ARTICULO V

1. El intercambio de las informaciones técnicas se realizará entre las Partes Contratantes o a través de los órganos designados por cada una de ellas.

2. La Parte Contratante, o el órgano designado, que suministre informaciones de esta naturaleza podrá, si lo considera conveniente, solicitar de la otra Parte Contratante u órgano correspondiente que se restrinja la difusión de esa información respecto a terceros. Cuando se considere posible o aconsejable la divulgación de la información, las Partes Contratantes deberán convenir las condiciones y el alcance de dicha divulgación.

ARTICULO VI

1. La Parte Contratante que reciba especialistas de la otra Parte Contratante facilitará el personal adecuado y necesario para una eficiente ejecución de la actividad, proyecto o programa correspondiente.

2. El especialista visitante y el personal de la Parte Contratante receptora intercambiarán no sólo toda la información técnica relativa a los métodos y prácticas que deberán utilizarse en la ejecución de distintos proyectos y programas, sino también los principios y teorías científicas pertinentes que le sirven de base.

ARTICULO VII

1. Con vistas a garantizar el cumplimiento efectivo de lo dispuesto en el presente Convenio, las Partes Contratantes convienen en la creación de una Comisión de Planificación, Seguimiento y Evaluación, de carácter mixto, formada por representantes designados por las dos Partes Contratantes.

2. Dicha Comisión celebrará por lo menos dos reuniones al año, una de ellas preferiblemente en el último trimestre, en las cuales se propondrá a los organismos competentes de las Partes Contratantes los programas y proyectos que se ejecutarán en ejercicios posteriores.

3. La Comisión podrá elaborar su propio reglamento y, si lo considere conveniente, crear grupos de trabajo o de planificación y evaluación de proyectos.

ARTICULO VIII

La Comisión de Planificación, Seguimiento y Evaluación, sin perjuicio del examen general de los asuntos relacionados con la ejecución del presente Convenio, desempeñará las siguientes funciones:

- a) identificar y definir los sectores en que sea deseable la realización de programas y proyectos de cooperación, asignándoles un orden de prioridad;
- b) proponer a los organismos competentes el programa de actividades de cooperación que se deba emprender, enumerando por orden los proyectos que deban ejecutarse;
- c) revisar periódicamente el programa en su conjunto, así como la marcha de los diferentes proyectos de cooperación;
- d) evaluar los resultados obtenidos en la ejecución de los programas y proyectos específicos, con vistas a obtener el mayor rendimiento en su ejecución.
- e) presentar a las autoridades competentes, para su consideración, el informe anual de la cooperación Hispano-Brasileña, que será elaborado conjuntamente por representantes de las dos Partes Contratantes;
- f) hacer las recomendaciones que se consideren pertinentes para el perfeccionamiento de la cooperación mutua.

2. Al término de cada reunión, la Comisión redactará un Acta en la cual constarán los resultados obtenidos en las diversas áreas de cooperación.

ARTICULO IX

Los contactos que, en el marco del presente Convenio, mantengan las Partes Contratantes durante los intervalos entre las reuniones de la Comisión de Planificación, Seguimiento y Evaluación y entre las reuniones de los Grupos de Trabajo, se realizarán a través de los cauces diplomáticos.

ARTICULO X

La Parte Contratante receptora concederá a los especialistas de la Parte Contratante de envío, designados para desempeñar funciones en virtud del presente Convenio, así como a los miembros de su familia más próxima:

- a) visado oficial gratuito, válido por el plazo de su misión en el país receptor;
- b) exención de los impuestos y demás gravámenes sobre la importación de objetos de uso doméstico y personal, destinados a la primera instalación, siempre que el plazo de permanencia en el país receptor sea superior a un año;
- c) la misma exención en el caso de la reexportación de dicho bienes;
- d) exención de impuestos sobre los sueldos y remuneraciones que perciban de la institución remitente. En el caso de la retribución y dietas satisfechas por la institución receptora, se aplicará la legislación del país receptor, observándose los acuerdos en materia de doble imposición que en su caso se hayan firmado entre las Partes;
- e) exención de los impuestos sobre la importación de un automóvil para uso personal cuando el plazo de permanencia en el país receptor sea superior a un año. Esta importación se autorizará con carácter temporal y de acuerdo con las normas legales vigentes en cada uno de los dos países, pudiendo ser sustituida por la adquisición de un vehículo de fabricación nacional brasileño con exención de impuestos.

ARTICULO XI

1. Las dos Partes Contratantes eximirán de todos las tasas e impuestos como las exportaciones de un país a otro en lo relativo a bienes, equipos y materiales necesarios para la ejecución del presente Convenio. Dichos bienes, equipos y materiales serán reexportados a la Parte de envío con motivo de la finalización de los proyectos y programas a los que se hubieran destinado, a

no ser que dichos bienes, equipos y materiales sean donados a la parte receptora.

2. Los bienes, materiales, instrumentos, equipos y objetos importados en territorio brasileño o español, como consecuencia de la aplicación del presente Convenio, no podrán ser cedidos ni prestados, a título oneroso o gratuito, sin autorización previa de las autoridades competentes del país en cuyo territorio se encuentren.

ARTICULO XIII

Cada documento relativo al programa, proyecto o actividad de cooperación desarrollado en el ámbito del presente Convenio deberá especificar la distribución de los costes ocasionados por aquél entre las Partes Contratantes.

ARTICULO XIII

La Parte Contratante brasileña facilitará las instalaciones y medios, tanto materiales como humanos, que sean necesarios para la buena marcha y la ejecución de los programas de proyectos acordados en el marco del presente Convenio.

ARTICULO XIV

La selección de especialistas se hará por la Parte Contratante de envío, y deberá ser aprobada por la Parte Contratante receptora.

ARTICULO XV

La coordinación de todos los expertos y cooperantes españoles, que actuarán bajo directrices únicas, será efectuada por un Coordinador General

de la Cooperación Española, que llevará a cabo sus funciones bajo la dirección en su caso, del Consejero de Cooperación, y, en todo caso, del Embajador de España.

ARTICULO XVI

El presente Convenio será aplicado de conformidad con la legislación y las prácticas administrativas de cada una de las Partes Contratantes.

ARTICULO XVII

El presente Convenio se aplicará provisionalmente a partir del momento de su firma, y entrará en vigor definitivamente el día en que ambas Partes hayan procedido a la notificación, por vía diplomática, del cumplimiento de sus respectivos requisitos constitucionales.

ARTICULO XVIII

1. El presente Convenio podrá ser denunciado por cualquiera de las Partes mediante notificación por vía diplomática. La denuncia surtirá efecto seis meses después de la fecha de recepción de la notificación correspondiente.

2. La denuncia del presente Convenio no afectará a los programas, proyectos o actividades en ejecución que se deriven del mismo, salvo acuerdo en contrario de las Partes.

ARTICULO XIX

El presente Convenio sustituye al Convenio Básico de Cooperación Técnica concertado entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno del Reino de España, en Brasilia, el 1 de abril de 1971.

Hecho en Madrid, a 13 de Abril de 1989, en dos ejemplares originales, en portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por el Gobierno
de la República Federativa
del Brasil:

[Signed — Signé]¹

Por el Reino de España:

[Signed — Signé]²

¹ Signed by Roberto de Abreu Sodré — Signé par Roberto de Abreu Sodré.

² Signed by Francisco Fernández Ordóñez — Signé par Francisco Fernández Ordóñez.

PROTOCOLO DE INTENCIONES SOBRE COOPERACIÓN TÉCNICA, CIENTÍFICA Y TECNOLÓGICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL REINO DE ESPAÑA

En consonancia con los términos del Convenio Básico de Cooperación Técnica firmado en abril de 1971 y del Convenio Básico de Cooperación Técnica, Científica y Tecnológica, firmado en esta fecha, y prosiguiendo los recientes esfuerzos para ampliar la Cooperación entre los dos países, el Ministro de Relaciones Exteriores de la República Federativa del Brasil, Roberto Abreu Sodré, y el Ministro de Asuntos Exteriores del Reino de España, Francisco Fernández Ordóñez, manifiestan su voluntad de convocar durante los próximos meses, en fecha a convenir por vía diplomática, la primera reunión, que se celebrará en Brasilia, de la Comisión de Planificación, Seguimiento y Evaluación prevista en el Artº 7º del Convenio Básico de Cooperación Técnica, Científica y Tecnológica, con el fin de :

1.- Proceder a la evaluación de las actividades de cooperación técnicas, científicas y tecnológicas bilaterales recogidas en el Convenio Básico de 1971, que se ejecutan en la actualidad en áreas tales como Regadíos, Investigación Agraria, Formación Profesional, Higiene y Seguridad en el Trabajo.

2.- Establecer las áreas que habrán de ser consideradas prioritarias y definir las actividades de los programas de Cooperación Técnica, Científica y Tecnológica que vayan a ser desarrollados en los próximos años.

La parte brasileña mostró especial interés en que sean estudiadas fórmulas de cooperación en sectores como la Mecánica de precisión y la Química fi

na, especialmente productos farmacéuticos, de lucha contra las plagas, catalizadores y aditivos - para alimentos y otros.

La parte española, recogiendo el sentido de estas prioridades, ha manifestado su deseo de que esta cooperación sea enfocada hacia proyectos de Investigación y Desarrollo, a definir en conversaciones técnicas.

Los dos Ministros reiteran también el compromiso de comunicarse mutuamente por canje de notas la designación de sus respectivas entidades encargadas de coordinar los programas de Cooperación Técnica, Científica y Tecnológica.

Madrid, 13 de abril de 1989

Por el Gobierno
de la República Federativa
del Brasil:

[Signed — Signé]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Por el Reino de España:

[Signed — Signé]

FRANCISCO FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ
A.R.

[TRANSLATION — TRADUCTION]

BASIC AGREEMENT¹ ON TECHNICAL, SCIENTIFIC AND TECHNOLOGICAL COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE KINGDOM OF SPAIN

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Kingdom of Spain (hereinafter referred to as the “Contracting Parties”),

Bearing in mind their common objectives of economic and social development and improvement of the standard of living of their peoples;

Considering that technical, scientific and technological cooperation between the two countries and the application of the results of such cooperation to processes of production will contribute to mutual efforts to achieve their common aims, and

Desiring to develop cooperation between the two countries,

Have agreed as follows:

Article I

1. The Contracting Parties shall determine periodically those fields where cooperation and/or joint research efforts for the development of specific technical, scientific and technological sectors are of the greatest mutual interest and are the most appropriate with regard to the objectives of this Agreement. The Contracting Parties shall establish priorities to that end.

2. The Contracting Parties shall promote joint or coordinated technical, scientific and technological activities in the priority fields established under paragraph 1 above, and shall collaborate with a view to the immediate application of the results obtained.

3. The Contracting Parties shall designate, through an exchange of notes, the respective bodies responsible for implementing the cooperation activities.

Article II

1. The programmes, projects or other cooperation activities developed within in the framework of this Agreement shall be the subject of project documents agreed by the Contracting Parties through the diplomatic channel.

2. The project documents referred to in paragraph 1 above shall specify the sources of financing and the operational machinery, in accordance with the specific objectives and characteristics of the participating bodies or entities, and shall establish the procedures for the drafting of reports on the resulting activities, which shall be submitted to the Commission for Planning, Follow-up and Evaluation referred to in articles VII, VIII and IX below.

¹ Came into force provisionally on 13 April 1989, the date of signature, and definitively on 27 July 1992, the date on which the Parties notified each other of the completion of their respective constitutional requirements, in accordance with article XVII.

Article III

1. The programmes, projects and activities to be carried out under this Agreement may be integrated, by mutual agreement of the Contracting Parties, in comprehensive regional plans of cooperation in which both participate.

2. The Contracting Parties may in addition, subject to prior agreement, request international organizations to participate in the financing and/or implementation of programmes and projects arising from this Agreement.

Article IV

The cooperation provided for under this Agreement may consist of:

(a) The exchange of missions of experts and cooperation workers with a view to implementing previously agreed programmes and projects;

(b) The award of advanced training scholarships and the organization of practical experience and participation in training courses and participation in training and specialization courses or seminars;

(c) The provision of materials and equipment needed for the implementation of the programmes and projects agreed upon;

(d) The common use of available installations, centres and institutions which are necessary in carrying out the programmes and projects agreed upon;

(e) The exchange of scientific and technical research information of potential benefit to the economic and social development of the two countries and of works and publications on technical and scientific programmes;

(f) Any other cooperation activities agreed upon by the Contracting Parties, especially those which concern the integrated development of disadvantaged population groups.

Article V

1. Technical information shall be exchanged directly between the Contracting Parties or through the bodies designated by each of them.

2. The Contracting Party, or the designated body, which provides such information may, as it deems appropriate, request the other Contracting Party or corresponding body to restrict the dissemination of the information with regard to third parties. Where the dissemination of the information is deemed possible or advisable, the Contracting Parties shall agree on the terms and scope of such dissemination.

Article VI

1. The Contracting Party which receives specialists of the other Contracting Party shall provide such personnel as are suitable and necessary for the effective implementation of the corresponding activity, project or programme.

2. Visiting specialists and the personnel of the receiving Contracting Party shall exchange not only all technical information on the methods and procedures to be used to implement the various projects and programmes but also the relevant underlying scientific principles and theories.

Article VII

1. In order to ensure effective compliance with the provisions of this Agreement, the Contracting Parties agree to establish a joint Commission for Planning, Follow-up and Evaluation, the members of which shall be appointed by the two Contracting Parties.

2. The Commission shall hold at least two meetings each year, one of them to be held preferably in the final quarter, during which the programmes and projects to be implemented in subsequent years shall be proposed to the competent bodies of the Contracting Parties.

3. The Commission may draw up its own rules of procedure and, as it deems appropriate, set up working groups or project planning and evaluation groups.

Article VIII

The Commission for Planning, Follow-up and Evaluation, without prejudice to the overall review of matters pertaining to the application of this Agreement, shall have the following tasks:

(a) To identify and define the sectors in which it would be desirable to carry out cooperation programmes and projects, assigning to them an order of priority;

(b) To propose to the competent bodies the programme of cooperation which should be undertaken, listing in order the projects which should be implemented;

(c) To review periodically the programme as a whole and the functioning of the individual cooperation projects;

(d) To evaluate the results obtained in the implementation of specific programmes and projects in order to improve their effectiveness;

(e) To submit to the competent authorities, for their consideration, an annual report on Spanish-Brazilian cooperation, to be elaborated jointly by representatives of both Contracting Parties;

(f) To make such recommendations as it may deem relevant to improving the mutual cooperation.

2. At the conclusion of each meeting, the Commission shall draft a report setting forth the results obtained in the various areas of cooperation.

Article IX

During the intervals between the meetings of the Commission for Planning, Follow-up and Evaluation and between the meetings of the working groups, contacts between the Contracting Parties in the context of this Agreement shall be maintained through the diplomatic channel.

Article X

The receiving Contracting Party shall grant to the specialists of the sending Contracting Party who are designated to perform functions under this Agreement and to the members of their immediate family:

(a) An official visa, free of charge, valid for the period of their mission in the receiving country;

(b) Exemption from taxes and other charges on the importation of personal and household effects intended for their initial installation, provided that the period of stay in the receiving country is longer than one year;

(c) The same exemption when such effects are exported;

(d) Exemption from taxes on the salaries and other remuneration received by them from the remitting institution. With regard to the remuneration and subsistence allowance provided by the receiving institution, the legislation of the receiving country shall, subject to any double taxation agreements that may have been concluded between the Parties, be applicable;

(e) Tax exemption in respect of a motor vehicle imported for personal use when the length of stay in the receiving country is longer than one year. This entitlement shall be granted provisionally and in accordance with the legislation in force in each of the two countries, and it may be replaced by the purchase, free of tax, of a vehicle manufactured in Brazil.

Article XI

1. The two Contracting Parties shall waive all charges and taxes on the exportation from one country to the other of any goods, equipment and materials needed for the application of this Agreement. Such goods, equipment and materials shall be re-exported to the sending Party upon completion of the projects and programmes for which they were intended, unless such goods, equipment and materials have been donated to the receiving Party.

2. The goods, materials, instruments, equipment and items imported into Brazilian or Spanish territory pursuant to this Agreement may neither be transferred nor lent, whether in return for payment or free of charge, without the previous authorization of the competent authorities of the country in whose territory they are situated.

Article XII

Each document pertaining to a cooperation programme, project or activity carried out in the context of this Agreement shall specify how the costs are to be apportioned between the Contracting Parties.

Article XIII

The Contracting Party of Brazil shall provide the installations and resources, both material and human, necessary to the effective functioning and the implementation of the programmes and projects agreed upon within the framework of this Agreement.

Article XIV

The specialists shall be selected by the sending Contracting Party and approved by the receiving Contracting Party.

Article XV

Coordination of all the Spanish experts and cooperation workers, who shall be subject to the same guidelines, shall be the responsibility of a General Coordinator of Spanish Cooperation, who shall exercise his functions, in this respect, under the

supervision of the Cooperation Adviser and, in general, under the supervision of the Ambassador of Spain.

Article XVI

This Agreement shall be applied in accordance with the legislation and administrative practices of each of the Contracting Parties.

Article XVII

This Agreement shall apply provisionally from the date of its signature and shall enter into force definitively on the date on which the two Parties notify each other through the diplomatic channel that their respective constitutional requirements have been fulfilled.

Article XVIII

1. This Agreement may be denounced by either Party by means of notification through the diplomatic channel. The denunciation shall take effect six months after the date on which the corresponding notification is received.

2. The denunciation of this Agreement shall not affect programmes, projects or activities already in progress under the Agreement, unless the Parties agree otherwise.

Article XIX

This Agreement replaces the Basic Agreement on Technical Cooperation concluded between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Kingdom of Spain, at Brasília, on 1 April 1971.¹

DONE at Madrid, on 13 April 1989, in duplicate, in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government
of the Federative Republic
of Brazil:

[Signed]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

For the Kingdom
of Spain:

[Signed]

FRANCISCO FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 957, p. 95.

PROTOCOL OF INTENTIONS REGARDING TECHNICAL, SCIENTIFIC
AND TECHNOLOGICAL COOPERATION BETWEEN THE FEDER-
ATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE KINGDOM OF SPAIN

In accordance with the terms of the Basic Agreement on Technical Cooperation signed in April 1971 and the Basic Agreement on Technical, Scientific and Technological Cooperation, signed today, and in pursuance of the recent efforts to strengthen cooperation between the two countries, the Minister for Foreign Affairs of the Federative Republic of Brazil, Roberto de Abreu Sodré, and the Minister for Foreign Affairs of the Kingdom of Spain, Francisco Fernández Ordóñez, declare their willingness to convene in the next few months, on a date to be decided through the diplomatic channel, the first meeting, to be held in Brasília, of the Commission for Planning, Follow-up and Evaluation established under article VII of the Basic Agreement on Technical, Scientific and Technological Cooperation, for the purpose of:

1. Evaluating the bilateral technical, scientific and technological cooperation activities deriving from the Basic Agreement of 1971, which are currently in progress in such fields as land irrigation, agrarian research, training, and industrial health and safety;

2. Establishing the areas to which priority should be accorded and determining the activities of the programmes of technical, scientific and technological cooperation to be implemented in the next few years.

The Brazilian Party showed particular interest in examining forms of cooperation in such sectors as precision engineering and advanced chemistry, especially but not exclusively pharmaceutical products, pest control agents, catalysts and food additives.

The Spanish Party, acknowledging the appropriateness of these priorities, expressed its desire that the cooperation should be oriented towards research and development projects, to be determined through technical consultations.

The two Ministers also reaffirm their pledge to communicate to each other, through an exchange of notes the names of the respective bodies responsible for the coordination of the technical, scientific and technological cooperation programmes.

Madrid, 13 April 1989

For the Government
of the Federative Republic
of Brazil:

[ROBERTO DE ABREU SODRÉ]

For the Kingdom
of Spain:
A.R.

[FRANCISCO FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ]

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD DE BASE¹ ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE ROYAUME D'ESPAGNE RELATIF À LA COOPÉRATION TECHNIQUE, SCIENTIFIQUE ET TECHNOLOGIQUE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Royaume d'Espagne (ci-après dénommés « les Parties contractantes »),

Prenant en considération leurs objectifs communs de développement économique et social et d'élévation de la qualité de vie de leurs peuples;

Considérant que la coopération technique, scientifique et technologique entre les deux pays et l'application de leurs résultats aux processus de production secondent les efforts mutuels visant à atteindre leurs objectifs communs; et

Désireux de développer la coopération entre les deux pays;

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

1. Les Parties contractantes déterminent périodiquement les domaines dans lesquels les efforts de coopération et/ou de recherche en commun pour le développement de secteurs spécifiques techniques, scientifiques et technologiques revêtent le plus grand intérêt commun et sont les plus appropriés pour la conception des objectifs du présent Accord. Les Parties contractantes fixeront des priorités à cette fin.

2. Les Parties contractantes encourageront des activités techniques, scientifiques et technologiques conjointes ou coordonnées dans les domaines prioritaires fixés aux termes du paragraphe 1 qui précède, et collaboreront en vue de l'application immédiate des résultats obtenus.

3. Les Parties contractantes désigneront, au moyen d'un échange de notes, les entités respectives chargées de l'exécution des activités de coopération.

Article II

1. Les programmes, projets et autres activités de coopération déployées dans le cadre du présent Accord, feront l'objet de documents de projet convenus par les Parties par la voie diplomatique.

2. Les documents de projet mentionnés au paragraphe 1 qui précède préciseront les sources de financement et les mécanismes opérationnels, conformément aux objectifs spécifiques et aux caractéristiques des organes ou unités participants, et arrêteront les procédures relatives aux rapports sur les activités en résultant, qui devront être présentés à la Commission de planification, de suivi et d'évaluation mentionnée aux articles VII, VIII, et IX ci-après.

¹ Entré en vigueur à titre provisoire le 13 avril 1989, date de la signature, et à titre définitif le 27 juillet 1992, date à laquelle les Parties se sont notifiées l'accomplissement de leurs formalités constitutionnelles respectives, conformément à l'article XVII.

Article III

1. Les programmes, projets et activités menés à bien en vertu des dispositions prévues dans le présent Accord pourront être intégrés, si les deux Parties contractantes l'estiment opportun, dans des plans régionaux de coopération d'ensemble auxquels elles participent toutes deux.

2. Les Parties contractantes pourront en outre, moyennant accord préalable, demander la participation d'organismes internationaux au financement et/ou à l'exécution de programmes et projets découlant du présent Accord.

Article IV

La coopération prévue dans le présent Accord pourra comprendre :

a) Les échanges de missions d'experts et de coopérants aux fins d'exécution de programmes et projets préalablement convenus;

b) L'octroi de bourses de perfectionnement, de stages de pratique et la participation à des cours ou séminaires de formation ou de spécialisation;

c) La fourniture des matériels et équipements nécessaires pour l'exécution des programmes et projets convenus;

d) L'utilisation en commun des installations, centres et institutions disponibles qui seraient nécessaires pour la réalisation des programmes et projets convenus;

e) Les échanges d'informations scientifiques et techniques sur des études contribuant au développement économique et social des deux pays, et de travaux et publications sur des programmes techniques et scientifiques;

f) Toute autre activité de coopération dont les Parties contractantes pourront convenir, notamment celles qui ont trait au développement intégré des populations les moins développées.

Article V

1. Les échanges d'informations techniques s'effectueront entre les Parties contractantes ou par l'intermédiaire des organismes désignés par chacune d'entre elles.

2. La Partie contractante, ou l'organisme désigné, fournissant des informations de cette nature, pourra, s'il le juge opportun, demander à l'autre Partie contractante, ou à l'organisme correspondant, que soit restreinte la diffusion de cette information à l'égard des tiers. Lorsque la divulgation de l'information sera jugée possible ou souhaitable, les Parties contractantes devront convenir des conditions et de la portée de cette divulgation.

Article VI

1. La Partie contractante recevant des spécialistes de l'autre Partie contractante mettra à disposition le personnel approprié et nécessaire pour l'exécution efficace de l'activité, du projet ou du programme en question.

2. Le spécialiste en visite et le personnel de la Partie contractante d'accueil échangeront non seulement toute l'information technique relative aux méthodes et pratiques à utiliser pour l'exécution de projets et programmes distincts, mais encore des informations sur les principes et théories scientifiques pertinents sur lesquels ils reposent.

Article VII

1. Afin d'assurer la mise en œuvre efficace des dispositions du présent Accord, les Parties contractantes conviennent de créer une Commission de planification, de suivi et d'évaluation, de caractère mixte, constituée de représentants désignés par les deux Parties contractantes.

2. Ladite Commission tiendra au moins deux réunions par an, l'une d'elles de préférence au cours du dernier trimestre, réunions au cours desquelles seront proposés aux organismes compétents des Parties contractantes les programmes et projets à exécuter lors des exercices ultérieurs.

3. La Commission pourra élaborer son propre règlement et, si elle l'estime opportun, créer des groupes de travail ou de planification et d'évaluation des projets.

Article VIII

La Commission de planification, de suivi et d'évaluation exercera, sans préjudice de l'examen général des questions liées à l'exécution du présent Accord, les fonctions suivantes :

a) Identifier et définir les secteurs dans lesquels la réalisation de programmes et projets de coopération est souhaitable, en leur assignant un ordre de priorité;

b) Proposer aux organismes compétents le programme d'activités de coopération à entreprendre, en énumérant dans l'ordre les projets à exécuter;

c) Revoir périodiquement le programme dans son ensemble, ainsi que l'état d'avancement des divers projets de coopération;

d) Evaluer les résultats obtenus dans l'exécution des programmes et projets spécifiques, en vue d'obtenir le meilleur rendement au cours de leur exécution;

e) Présenter aux autorités compétentes, aux fins d'examen, le rapport annuel sur la coopération hispano-brésilienne, qui sera mis au point conjointement par des représentants des deux Parties contractantes;

f) Faire les recommandations qui seront jugées pertinentes pour le perfectionnement de la coopération mutuelle.

2. A l'issue de chaque réunion, la Commission rédigera un document dans lequel seront consignés les résultats obtenus dans les divers domaines de coopération.

Article IX

Entre les réunions de la Commission de planification, de suivi et d'évaluation et entre les réunions des groupes de travail, le maintien des contacts entre les Parties contractantes, dans le cadre du présent Accord, sera assuré par la voie diplomatique.

Article X

La Partie contractante d'accueil accordera aux spécialistes de la Partie contractante d'envoi, désignés pour exercer des fonctions en vertu du présent Accord, ainsi qu'aux membres de leur proche famille :

a) Un visa officiel gratuit, valable pour la durée de leur mission dans le pays d'accueil;

b) L'exonération d'impôts et autres droits frappant l'importation des articles ménagers et des effets personnels, destinés à la première installation des intéressés, à condition que la durée prévue du séjour dans le pays d'accueil soit supérieure à un an;

c) Une exonération identique en cas de réexportation desdits biens;

d) L'exemption de l'impôt sur les salaires et rémunérations qu'ils reçoivent de l'institution qui les rémunère. Dans le cas des émoluments et indemnités versés par l'institution d'accueil, la législation du pays d'accueil sera d'application, sous réserve des accords en matière de double imposition qui auraient pu être signés, le cas échéant, entre les Parties;

e) L'exemption des impôts sur l'importation d'une automobile à usage personnel, si la durée du séjour dans le pays d'accueil est supérieure à un an. Cette importation sera autorisée à titre temporaire et conformément aux normes légales en vigueur dans chacun des deux pays, et pourra être remplacée par l'acquisition d'un véhicule de fabrication nationale brésilienne en exemption d'impôts.

Article XI

1. Les deux Parties contractantes exonéreront de toutes taxes et impôts, tant les exportations que les importations d'un pays à l'autre, en ce qui concerne les biens, équipements et matériels nécessaires pour l'exécution du présent Accord. Ces biens, équipements et matériels seront réexportés à la Partie d'envoi après achèvement des projets et programmes auxquels ils étaient destinés, à moins que ces biens, équipements et matériels ne soient remis en don à la Partie d'accueil.

2. Les biens, matériels, instruments, équipements et objets importés en territoire brésilien ou espagnol, en raison de l'application du présent Accord, ne pourront être cédés ni prêtés, à titre onéreux ou gratuit, sans autorisation préalable des autorités compétentes du pays sur le territoire duquel ils se trouvent.

Article XII

Tout document relatif au programme, projet ou activité de coopération déployé dans le cadre du présent Accord devra préciser la répartition des coûts ainsi occasionnés entre les Parties contractantes.

Article XIII

La Partie contractante brésilienne mettra à disposition les installations et les moyens, tant en matériel qu'en personnel, nécessaires à la bonne marche et à l'exécution des programmes de projets convenus dans le cadre du présent Accord.

Article XIV

Le choix des spécialistes sera effectué par la Partie contractante d'envoi, et devra être approuvé par la Partie contractante d'accueil.

Article XV

La coordination de tous les experts et coopérants espagnols, qui travailleront selon des directives uniques, sera effectuée par un Coordonnateur général de la Coopération espagnole, qui exercera ses fonctions sous la direction, le cas échéant, du Conseil de coopération, et, de toute manière, de l'Ambassadeur d'Espagne.

Article XVI

Le présent Accord sera appliqué conformément à la législation et aux pratiques administratives de chacune des Parties contractantes.

Article XVII

Le présent Accord sera appliqué à titre provisoire à partir du moment de sa signature, et entrera définitivement en vigueur le jour où les deux Parties auront procédé à la notification, par voie diplomatique, de l'accomplissement de leurs formalités constitutionnelles respectives.

Article XVIII

1. Le présent Accord pourra être dénoncé par l'une quelconque des Parties moyennant notification par la voie diplomatique. Cette dénonciation prendra effet six mois après la date de réception de la notification en question.

2. La dénonciation du présent Accord n'affectera pas les programmes, projets ou activités en cours d'exécution découlant dudit Accord, sauf si les Parties en conviennent autrement.

Article XIX

Le présent Accord remplace l'Accord de base entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement du Royaume d'Espagne relatif à la coopération technique, signé à Brasília le 1^{er} avril 1971¹.

FAIT à Madrid, le 13 avril 1989, en deux exemplaires originaux, en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative
du Brésil :

[Signé]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pour le Royaume d'Espagne :

[Signé]

FRANCISCO FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 957, p. 95.

PROTOCOLE D'INTENTIONS RELATIF À LA COOPÉRATION TECHNIQUE, SCIENTIFIQUE ET TECHNOLOGIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE ROYAUME D'ESPAGNE

Conformément aux termes de l'Accord de base relatif à la coopération technique signé en avril 1971 et de l'Accord de base relatif à la coopération technique, scientifique et technologique, signé ce jour, et à la suite des efforts accomplis récemment pour amplifier la coopération entre les deux pays, le Ministre des relations extérieures de la République fédérative du Brésil, M. Roberto Abreu Sodré, et le Ministre des affaires extérieures du Royaume d'Espagne, M. Francisco Fernández Ordóñez, expriment leur volonté de convoquer au cours des prochains mois, pour une date à convenir par la voie diplomatique, la première réunion, qui sera tenue à Brasilia, de la Commission de planification, de suivi et d'évaluation prévue à l'article 7 de l'Accord de base relatif à la coopération technique, scientifique et technologique, aux fins de :

1. Procéder à l'évaluation des activités de coopération techniques, scientifiques et technologiques bilatérales visées dans l'Accord de base de 1971, actuellement en cours d'exécution dans des domaines tels que l'irrigation, la recherche agraire, la formation professionnelle, l'hygiène et la sécurité du travail.

2. Fixer les zones qui devront être considérées comme prioritaires et définir les activités des programmes de coopération technique, scientifique et technologique à développer au cours des prochaines années.

La Partie brésilienne a manifesté un intérêt particulier pour l'étude de formules de coopération dans des secteurs tels que la mécanique de précision et la chimie fine, notamment les produits pharmaceutiques, les pesticides, les catalyseurs et les additifs alimentaires et autres.

La Partie espagnole, reconnaissant l'importance de ces priorités, a manifesté le désir que cette coopération soit centrée vers des projets d'investissement et de développement, à définir lors de consultations techniques.

Les deux Ministres réaffirment également leur engagement de se communiquer mutuellement par échange de notes, la désignation de leurs entités respectives chargées de coordonner les programmes de coopération technique, scientifique et technologique.

Madrid, le 13 avril 1989

Pour le Gouvernement
de la République fédérative
du Brésil :

[ROBERTO DE ABREU SODRÉ]

Pour le Royaume d'Espagne :
A.R.

[FRANCISCO FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ]

